



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018 PROCESSO Nº 1622/2018.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, integrantes da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar **licitação, na modalidade de Pregão Presencial**, do tipo **menor preço global**, conforme descrito neste Edital, no Termo de Referência e demais Anexos, em conformidade com a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas aplicáveis.

São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

- ANEXO I – Termo de Referência e seus Anexos;
- ANEXO II – Modelo de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- ANEXO III – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- ANEXO IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- ANEXO V – Modelo de Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho;
- ANEXO VI – Minuta do Termo de Contrato.

1. DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo viabilizar a **aquisição de material permanente e de serviços especializados, visando a renovação de suporte, atualização de softwares e aumento da capacidade de armazenamento dos storages responsáveis por armazenar os dados dos sistemas informatizados do TCE/AM**, conforme ANEXO I deste Edital.

2. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital deverão ser entregues na data, horário e local abaixo indicado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

- **Data:** 06 de novembro de 2018.
- **Horário:** 14 horas.



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

- **Local:** Prédio sede do TCE-AM, sala da Comissão Permanente de Licitação (CPL) – Av. Efigênio Sales nº 1155 – Bairro Parque 10. Informação pelo telefone 3301-8150 (CPL).

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1.** Poderão participar desta Licitação às empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.
 - 3.1.1.** A verificação da compatibilidade do objeto da contratação com a atividade da licitante dar-se-á na fase de Habilitação.
- 3.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:
 - 3.2.1.** Que estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 3.2.2.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - 3.2.3.** Que se encontrem em processo de dissolução, liquidação, falência, concordata, fusão, cisão, incorporação e sob concurso de credores;
 - 3.2.4.** Organizadas em consórcio;
 - 3.2.5.** Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
 - 3.2.6.** Que tenham diretores, sócios ou representantes legais participando em mais de uma proposta;
 - 3.2.7.** Que possuam, em sua diretoria ou quadro técnico, servidor público vinculado ao TCE-AM;
 - 3.2.8.** Enquadradas ou que tenha representante enquadrado nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.
 - 3.2.9.** Empresa que não cumprindo com suas obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, ou outras quaisquer, que deram causa a ajuizamentos judiciais, associando o Tribunal de Contas do Amazonas em litisconsorte passivo.



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

- 3.2.10. Empresas que ostentem quaisquer registros impeditivos constantes no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transparência (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).
- 3.3. Caso seja constatada a ocorrência de quaisquer das situações referidas no item 3.2., ainda que a posteriori, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes sujeitos às penas legais cabíveis.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, o **representante da licitante** deverá apresentar, em separado dos envelopes, documentos que o credencie a se manifestar, assinar e/ou rubricar documentos ou de responder pela empresa durante a sessão pública, devendo, ainda, identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 4.1.1. No caso de representação por **sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado**, tal condição deverá ser demonstrada mediante apresentação de documento de identificação civil, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Contrato, Estatuto Social ou outro instrumento de constituição jurídica, devidamente registrado, no qual estejam expressos seus poderes para individualmente exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.
- 4.1.2. No caso de representação por **procurador**, o credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de procuração, neste caso com firma reconhecida em cartório, no qual conste expresse poder para formular ofertas e lances de preços verbais, assinar atas e planilhas, negociar valores, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente/outorgante com poder para tal outorga.
- 4.2. Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante, não sendo admitida a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa.
- 4.3. A licitante que se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/06, e que tenha a intenção de usufruir do tratamento diferenciado, deverá apresentar **Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, de acordo com modelo estabelecido no ANEXO II deste Edital.
- 4.3.1. A utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- 4.4. Se a licitante não credenciar um representante estará abdicando do direito de fazer lance e de recorrer dos atos do Pregoeiro.



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os documentos referentes à **PROPOSTA DE PREÇOS** e à **HABILITAÇÃO** deverão ser entregues, impreterivelmente, no dia, hora e local determinados neste Edital, mediante a apresentação de 2 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além do nome empresarial e CNPJ da licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2018 – TCE-AM
PROCESSO Nº 1622/2018
[NOME EMPRESARIAL – CNPJ]

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2018 – TCE-AM
PROCESSO Nº 1622/2018
[NOME EMPRESARIAL – CNPJ]

- 5.2. As licitantes apresentarão, fora dos envelopes mencionados no item 5.1., **declaração** dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo estabelecido no ANEXO III deste Edital.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA DE PREÇOS”

- 6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em documento original, através de carta datilografada ou impressa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal ou procurador.
- 6.1.1. Caso a proposta tenha sido assinada por outro representante da licitante, diferente daquele credenciado (item 4.1.), o representante credenciado deve apresentar a comprovação dos poderes do signatário da proposta.
- 6.1.2. O objeto ofertado deverá atender, sob as penas da lei, a todas as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.
- 6.1.3. É vedada apresentação de proposta parcial para esta contratação, devendo o licitante contemplar todos os itens que a integram.



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

6.1.4. A Proposta de Preços deverá:

6.1.4.1. Indicar o nome empresarial da licitante, CNPJ, endereço completo com CEP, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato.

6.1.4.2. Registrar o valor global, em moeda nacional (real), expressos em algarismos, com duas casas decimais depois da vírgula, válidos para a data da apresentação da proposta e pelo prazo de vigência da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

6.1.4.3. Conter declaração do licitante de que incluiu na composição dos preços apresentados, além do lucro, todos os custos e despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação, tais como: salários, benefícios, encargos sociais e trabalhistas, seguros, insumos, tributos, assim como todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação.

6.1.4.3.1. Quaisquer tributos, custos e despesas eventualmente omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços, sendo vedado alegar tal omissão em momento posterior à apresentação da proposta como justificativa para se eximir das obrigações assumidas e para reivindicar alteração de preços.

6.1.4.4. Consignar validade não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da abertura da sessão pública;

6.1.4.4.1. Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por **60 (sessenta) dias** a contar da data da abertura da sessão pública, independentemente de qualquer outra manifestação.

6.1.4.5. Indicar o número da conta corrente da empresa, agência e banco correspondente, para que sejam efetuados os pagamentos do serviço, no caso de contratação.

6.2. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.2.1. Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.

6.3. A proposta escrita, no que concerne ao objeto, condições de execução, prazo de validade da proposta, não será objeto de alteração. Apenas os preços cotados poderão ser revistos, para fins de oferta de lances.

7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

7.1. O Envelope "**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**" deverá conter os seguintes documentos:

7.1.1. Relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI;

7.1.1.1.1. No caso de sociedade por ações, apresentar também os documentos de eleição dos atuais administradores;

7.1.1.2. Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial, no caso de empresário individual;

7.1.1.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, no caso de sociedade simples;

7.1.1.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

7.1.1.5. Os documentos indicados nos itens 7.1.1.1. e 7.1.1.3., deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto deste Pregão.

7.1.1.6. Os documentos relacionados nos itens 7.1.1.1. a 7.1.1.4., não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação" se tiverem sido apresentados para o credenciamento.

7.1.2. Relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.3. 1 (um) ou mais **Atestado (s), acompanhado da prova fiscal (Nota Fiscal)**, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de forma satisfatória, objeto similar ao deste Edital, compatível em características.

7.1.3.1. Em caso de dúvida fundada da Comissão Permanente de Licitação, de que o atestado não corresponde à realidade, deverá esta, usando da prerrogativa prevista no artigo 43, § 3º, da Lei 8666/93, exigir do licitante a apresentação das Notas Fiscais e ou Notas de Empenho, que corresponda aos atestados sob os quais recaia fundada dúvida de veracidade.

7.1.4. Relativos à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.4.1. Certidões Negativas de Falência (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, expedida até 90 (noventa) dias antes da sessão



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

de abertura desta licitação, se outro prazo não for definido nas próprias certidões.

7.1.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7.1.4.2.1. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado deverão ser apresentados em uma das seguintes formas:

7.1.4.2.1.1. Inscritos no Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento;

7.1.4.2.1.2. Arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou órgão equivalente.

7.1.4.2.2. Em relação à boa situação financeira, serão habilitados os licitantes que apresentarem os seguintes indicadores:

7.1.4.2.2.1. Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 1, resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

7.1.4.2.2.2. Índice de Solvência Geral (ISG) igual ou maior do que 1, resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

7.1.4.2.3. Serão habilitados os licitantes que apresentarem ILG menor do que 1, desde que atendam as demais exigências e comprovem possuir valor de patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação.

7.1.4.2.4. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado deverão vir acompanhados da “Certidão de Regularidade Profissional”, vinculada ao contabilista que assina as peças contábeis, cuja validade deve abranger a data-limite para recebimento das propostas.

7.1.4.2.4.1. Também será aceito documento que comprove a regularidade do profissional na data-base das demonstrações contábeis.

7.1.4.2.4.2. A regularidade do profissional que assina as demonstrações contábeis poderá ser atestada, mediante a emissão da certidão de regularidade, por parte do Pregoeiro ou equipe de apoio, via internet, durante a sessão.



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

7.1.5. Relativos à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 7.1.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 7.1.5.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de sua atividade e compatível com o objeto do certame;
- 7.1.5.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 7.1.5.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos;
- 7.1.5.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais;
- 7.1.5.6.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- 7.1.5.6.1.** Esta certidão não é necessária caso a certidão apresentada em atenção à exigência do item 6.1.5.3. já contemple as contribuições previdenciárias;
- 7.1.5.7.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;
- 7.1.5.8.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 7.1.5.9.** As certidões e certificado referidos nos itens 7.1.5.3. a 7.1.5.8. deverão ter validade na data da abertura da sessão pública deste pregão presencial, com a ressalva do disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 (*caput* e parágrafos);
- 7.1.5.10.** O Pregoeiro e equipe de apoio poderão consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e certificado, para confirmar a autenticidade dos documentos apresentados, conforme itens 7.1.5.3 a 7.1.5.8.

7.1.6. Outros Documentos

- 7.1.6.1.** Declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (ANEXO IV deste Edital);



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

7.1.6.2. Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos (ANEXO V deste Edital).

7.2. Disposições Gerais da Habilitação

7.2.1. Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em via original ou por qualquer processo de cópia.

7.2.1.1. A documentação exigida, no que couber, poderá ser apresentada através de impresso original obtido via Internet, desde que seja possível a confirmação, também pela Internet, de sua autenticidade.

7.2.2. Os documentos exigidos neste edital deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para abertura dos envelopes de habilitação.

7.2.2.1. Eventuais documentos que não contenham expresso o prazo de validade, quando cabível, deverão ser apresentados acompanhados de declaração do órgão emissor informando essa condição de validade indeterminada.

7.2.3. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, observado o seguinte:

7.2.3.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

7.2.3.2. Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

7.2.3.3. No caso dos itens 7.2.3.1. e 7.2.3.2., serão dispensados da filial aqueles documentos que, COMPROVADAMENTE, podem ou devem ser emitidos pela matriz, e vice-versa;

7.2.3.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com o CNPJ da matriz e/ou da filial da empresa licitante.

7.2.4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

8. PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO

8.1. Na data, no horário e no local indicados no preâmbulo será aberta a sessão pública de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos representantes das empresas interessadas em participar do certame.

8.2. Após o credenciamento, os representantes entregarão o Pregoeiro a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO III deste Edital e, em envelopes separados, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, **conforme itens 5.1 e 5.2.**



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

8.3. Em seguida será feita a abertura dos envelopes contendo a proposta de preços e a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, especialmente nos itens 6 e 9.

8.3.1. Iniciada a abertura do primeiro envelope com Proposta de Preços, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

9. SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E LANCES VERBAIS

9.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições e exigências deste Edital - especialmente as contidas no **itens 7 e 8** e/ou consignarem preços inexequíveis ou excessivos para a Administração.

9.1.1. Serão considerados inexequíveis os preços que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos.

9.1.1.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua inexequibilidade.

9.1.2. Serão considerados excessivos os preços que sejam superiores ao preço global (anual) estimado pela Administração de **R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais)** - conforme Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

9.2. A ordenação das propostas será feita com base nos **preços apresentados**.

9.2.1. Serão classificadas para a etapa de lances verbais a licitante que apresentar o menor preço mensal e as licitantes com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela.

9.2.2. No intuito de buscar o melhor preço para a Administração, não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida no item 9.2.1. serão selecionadas para os lances as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos por escrito. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.3. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

9.3.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente, até a definição completa da ordem de lances.



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

- 9.3.2.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou à última proposta do próprio ofertante, observada a redução mínima entre os lances, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço mensal;
- 9.3.2.1.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes no item 16 deste Edital.
- 9.4.** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 9.5.** Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado;
- 9.5.1.** O Pregoeiro, com vistas à redução do preço, poderá negociar com o autor da oferta de menor valor.
- 9.6.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e houver proposta apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.6.1.** A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última oferta, necessariamente inferior àquela apresentada pela primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 9.6.2.** Não sendo vencedora a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item 9.6.1. o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na forma do item 9.6., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.7.** Considerada aceitável a proposta de menor preço global, o Pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas neste Edital.
- 9.8.** A proposta de preços, com a devida recomposição dos valores apresentados na fase de lance, deverá ser reformulada e apresentada no prazo de até 02 (dois) dias úteis, à Comissão Permanente de Licitação, no endereço indicado no edital.
- 9.8.1.** A proposta de preços apresentada na forma do item anterior deverá conter preço por item e global, em planilha de custos conforme modelo integrante do Termo de Referência, bem como conter os preços em algarismos e por extenso, o prazo e o



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

local de execução. Havendo divergência entre o valor em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

- 9.8.2.** Em caso de divergência entre o valor do item e valor global será considerado o primeiro, estando autorizado o Pregoeiro a proceder aos cálculos aritméticos para obtenção do valor global, cujo resultado não poderá ser diferente (a maior) do preço já registrado em ata de sessão, sob pena de desclassificação.
- 9.9.** Após o recebimento do documento do licitante ofertante do menor preço, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

10. TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

- 10.1.** A licitante que apresentou a melhor proposta de preços deverá comprovar a situação de habilitação, na forma do item 7. deste Edital.
- 10.1.1.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.1.1.1.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.1.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e demais cominações legais, e facultará o Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato (apólice), ou a autoridade superior revogar a licitação.
- 10.2.** Se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor e decidirá sobre a sua aceitabilidade. Em caso positivo, examinará os documentos de habilitação, e assim sucessivamente, até a seleção da proposta que atenda aos requisitos de habilitação.
- 10.3.** Constatado o atendimento das exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora do certame, com indicação do valor mensal e global (anual).

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1.** Declarado o vencedor do certame, o Pregoeiro questionará dos presentes se há **intenção de recorrer** contra qualquer ato decidido na sessão do pregão, desde o credenciamento até a declaração final do vencedor.



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

- 11.2.** A ausência de manifestação imediata e motivada das licitantes em recorrer importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;
- 11.3.** No caso de manifestação imediata e motivada das licitantes em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso (fundamentação), ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- 11.4.** Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá rever sua decisão fundamentadamente ou prestar informações e submeter o assunto à decisão da autoridade superior que poderá dar ou negar provimento ao recurso.
- 11.5.** O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e quanto ao prazo de validade da proposta, que somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente.
- 11.6.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.7.** Decididos os recursos, será dada continuidade a sessão pública e aos demais procedimentos ou a autoridade competente fará a adjudicação do objeto à licitante vencedor e a homologação da licitação.
- 11.8.** Nos eventuais recursos, a recorrente deverá observar o seguinte:
- 11.8.1.** A peça recursal somente será aceita em original, podendo juntar documentos em cópias autenticadas.
- 11.8.2.** As razões do recurso deverão ingressar no Setor de Protocolo do Tribunal de Contas do Estado, no Prédio-Sede, localizado na Avenida Efigênio Sales, 1155 – Parque 10 – Manaus/AM, no horário das 7h às 15h, direcionadas à Comissão Permanente de Licitação do TCE/AM.
- 11.8.2.1.** O Pregoeiro irá receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

12. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 12.1. Caberá à futura Contratada,** sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste Edital e no Termo de Referência (Anexo I deste Edital):
- 12.1.1.** Assinar o Termo de Contrato relativos ao objeto desta licitação;
- 12.1.2.** Iniciar a execução do objeto adjudicado, a partir do recebimento da nota de empenho e assinatura do contrato, conforme solicitação formal do TCE-AM;



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

- 12.1.3. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto desta licitação;
- 12.1.4. Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.1.5. Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 12.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 12.1.7. Disponer-se a toda e qualquer fiscalização do TCE-AM, no tocante à execução dos serviços;
- 12.2. **Caberá ao TCE-AM**, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste Edital e daquelas constantes no Termo de Referência (Anexo I deste Edital):
 - 12.2.1. Emitir a Nota de Empenho em favor da empresa vencedora da licitação e assinar o Contrato relativo ao objeto desta licitação;
 - 12.2.2. Supervisionar a execução do objeto, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;
 - 12.2.3. Aplicar as penalidades por descumprimento das regras estabelecidas neste edital, no Termo de Referência e no Contrato;
 - 12.2.4. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto.
 - 12.2.5. Efetivar a liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
 - 12.2.6. Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

13. DAS CONDIÇÕES DE RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO, DA ASSINATURA E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 13.1. Findo o processo licitatório, a licitante vencedora será convocada a retirar a Nota de Empenho e assinar o Contrato relativos ao objeto desta licitação.
 - 13.1.1. A minuta do termo de contrato é parte integrante deste Edital (Anexo VI do TR).
- 13.2. O não comparecimento da licitante vencedora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada para a retirada da Nota de Empenho e/ou assinatura do termo contratual, ensejará a aplicação de multa de 1% (dez por cento) sobre o valor da proposta ou lance final ofertado.
 - 13.2.1. O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

justificado aceito pela Administração, conforme previsto no § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/1993.

- 13.3.** Previamente à emissão da nota de empenho e assinatura do Contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.
- 13.3.1.** A não-manutenção das condições de habilitação consignadas neste Edital ou a não-regularização de eventuais pendências documentais no prazo no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de ciência formal de tal situação, prorrogável por igual período a critério da Administração, implicará decadência do direito à contratação, **sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais**, sendo facultado à Administração retornar à sessão pública da licitação e convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho e assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.
- 13.4.** Farão parte integrante da contratação todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.
- 13.5.** Até a assinatura do Contrato, poderá ser desclassificada a proposta e/ou inabilitada a licitante vencedora, caso o TCE-AM venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.
- 13.6.** A vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.
- 13.7.** O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/1993, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa.
- 13.8.** O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.
- 13.9.** É expressamente vedada a subcontratação do objeto deste Edital, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista neste Edital.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 14.1.** As despesas com a contratação do objeto desta licitação serão atendidas pelas dotações consignadas no seguinte crédito orçamentário:
- 14.1.1.** Programa de Trabalho: **01.122.0056.2056** – Desenvolvimento e Integração de Sistema de Controle Informatizado;



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

14.1.2. Natureza da despesa:

- **44.90.52.35 – R\$ 665.354,64** - Equipamento de Processamento de Dados e
- **33.70.40.09 – R\$ 144.765,00** – Manutenção e Conservação de Equipamentos de TIC
- **Total R\$ 810.119,64** (oitocentos e dez mil, cento e dezenove reais e sessenta e quatro centavos)

14.1.3. Fonte de Recursos: 100 (Recursos Ordinários).

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pelo TCE-AM conforme o item 6 do Termo de Referência, contados da apresentação da nota fiscal ou fatura, demais documentos e das certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas na data de emissão do documento fiscal.

15.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, conforme domicílio bancário informado por ocasião da apresentação da proposta de preços (item 6.1.5.5. deste Edital).

15.1.1.1. Qualquer alteração no domicílio bancário da contratada deverá ser informada tempestivamente ao TCE-AM.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Se no decorrer da sessão pública da licitação ou na fase de contratação ou na fase de execução do objeto do presente Edital, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a LICITANTE/CONTRATADA, esta, será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o Estado e com os Municípios do Amazonas, seus órgãos e entidades, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multas estabelecidas neste instrumento convocatório e no Termo de Contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

16.2. As seguintes condutas estão sujeitas a aplicação de multas e cominações legais:

16.2.1. Cometer fraude fiscal;

16.2.2. Apresentar documento falso;

16.2.3. Firmar declaração falsa;

16.2.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.2.5. Não retirar a Nota de Empenho e/ou não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido;

16.2.6. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

- 16.2.7.** Não mantiver a proposta;
- 16.2.8.** Fraudar na execução do contrato;
- 16.3.** Em qualquer das hipóteses mencionadas nos itens 16.2.1. a 16.2.8 serão assegurados à licitante/contratada o contraditório e a ampla defesa.
- 16.4.** Para os fins da condição mencionada no item 16.2.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 96 da Lei nº 8.666/93.
- 16.5.** Para condutas descritas nos itens 16.2.1 a 16.2.8 será aplicada multa de no máximo 30% do valor da proposta aceita ou contratado.
- 16.6.** As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência, suspensão temporária, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade.
- 16.7.** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 16.7.1.** Se os valores das faturas forem insuficientes ou não houver valores a pagar por parte do TCE-AM, fica a LICITANTE/CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 16.7.2.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela LICITANTE/CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

17. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 17.1.** Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, pode impugnar este ato convocatório ou solicitar esclarecimentos sobre este edital.
- 17.2.** A petição deve ser encaminhada à Comissão Permanente de Licitação (CPL), dirigida ao Pregoeiro e protocolizada no Setor de Protocolo do TCE-AM, no Prédio-Sede, localizado na Avenida Efigênio Sales, 1155 – Parque 10 – Manaus/AM, no horário das 8h às 15h.
- 17.2.1.** Informações podem ser obtidas através do telefone 3301-8150 (CPL).
- 17.3.** O Pregoeiro, que poderá ser auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação e prestará os esclarecimentos solicitados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 17.4.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

- 18.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.2.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 18.2.1.** A inobservância do prazo fixado pelo Pregoeiro ou autoridade superior para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.
- 18.3.** A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas ou, por delegação, a Secretária-Geral de Administração do TCE-AM compete anular este Pregão Presencial por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 18.3.1.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 18.4.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 18.5.** Incorre em crime aquele que impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, sujeitando-se à pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, além de multa (art. 93 da Lei nº 8.666 de 1993).
- 18.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TCE-AM.
- 18.7.** De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registrados todos os fatos relevantes da sessão.
- 18.7.1.** As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas expressamente na própria ata.
- 18.8.** Toda a documentação referente ao credenciamento, às propostas e à habilitação será rubricada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelas licitantes presentes;
- 18.9.** O comunicado de abertura de licitação será divulgado através de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, jornal contratado para divulgar atos do TCE e portal do TCE-AM (www.tce.am.gov.br);



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

- 18.9.1.** Os demais atos pertinentes do certame, como republicações e retificações do edital, resultado da licitação, comunicados, suspensão, e outros serão formalizados através de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e no portal do TCE-AM (www.tce.am.gov.br);
- 18.9.2.** Ao retirar o edital on-line, a licitante obriga-se a acompanhar toda e qualquer alteração realizada no edital e em seus anexos, se houver, no sítio eletrônico desta Corte de Contas e no Diário Oficial Eletrônico.
- 18.10.** Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro com fundamento nas disposições constantes na legislação pertinente, especialmente na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e considerando a jurisprudência e doutrina existente sobre o tema.

Manaus, 16 de outubro de 2018.

MARCONDES GIL NOGUEIRA
Pregoeiro da CPL/TCE-AM

Equipe de Apoio:

- Lúcio Guimarães de Góis

- Moacyr Miranda Neto

- Glauciete Pereira Braga

- Gabriel da Silva Duarte



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

**AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A
EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DOS
STORAGES, E DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DE
EQUIPAMENTOS DO DATA CENTER DO TCE/AM.**

**DADOS DO PROPONENTE
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
ENDEREÇO: AV. EFIGÊNIO SALLES, 1155 – PARQUE 10 DE
NOVEMBRO – CEP 69.055-376
CNPJ 05.829.742/0001-48**

1. INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado com base na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, na Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, IN/SLTI-MP nº 04, de 12 de novembro de 2010, Lei 9.656/98 e legislação correlata, se constituindo como peça integrante do procedimento licitatório.

2. OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo viabilizar a aquisição de material permanente e de serviços especializados, visando a renovação de suporte, atualização de softwares e aumento da capacidade de armazenamento dos storages responsáveis por armazenar os dados dos sistemas informatizados do TCE/AM.



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

3. MOTIVAÇÃO

Com o aumento dos serviços oferecidos pelo TCE/AM aos seus jurisdicionados, servidores e público em geral, cresce também a necessidade de se planejar a escalabilidade dos equipamentos responsáveis pelo armazenamento dessas informações.

Foram adquiridos por este Tribunal, através do Processo Administrativo nº2863/2014, equipamentos e softwares especializados, no intuito de se criar um ambiente computacional que pudesse atender as expectativas de sistemas que foram criados e disponibilizadas pela DITIN nos últimos anos, para atender a necessidades dos servidores desta Corte, jurisdicionados e público em geral.

Dentre esse conjunto de equipamentos e softwares, encontra-se aquele que é conhecido como *storage*. Esse equipamento é responsável pelo armazenamento profissional dos dados utilizados por todos os sistemas e aplicações disponibilizados pelo TCE/AM. Ele se caracteriza, além de manter alta disponibilidade e resiliência, pelo aumento do desempenho, da velocidade e da segurança no acesso aos dados armazenados.

No entanto, após quatro anos em uso, os níveis de ocupação dos *storages* do TCE/AM encontram-se próximos de sua ocupação máxima, o que pode vir a inviabilizar a implantação dos novos projetos do TCE/AM.

Adiciona-se a esse quadro, a necessidade de renovação da garantia e suporte técnico da solução de *storage* que hoje está em funcionamento no Data Center. Sem essa garantia, o TCE/AM fica impossibilitado de resolver problemas de hardware ou software que possam ocorrer com o equipamento, além de perder a possibilidade de atualizar o seu software.

Estes fatores influenciam diretamente na segurança, disponibilidade e confiabilidade dos dados armazenados nos *storages*.

Surge então a necessidade de se adquirir os equipamentos e softwares necessários para se aumentar a capacidade dos *storages*, além de serviços de instalação e configuração da nova solução, passando pela renovação do suporte e garantia dos equipamentos atuais.

4. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

Os itens descritos neste Termo compreendem a contratação de serviços de manutenção de equipamentos do Data Center do TCE/AM, por 12 (doze) meses, e da aquisição de unidades controladoras de discos para expandir a capacidade dos atuais *storages* do TCE/AM:



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

Lote 1 – Atualização e aumento da capacidade dos *Storages* e Serviços de Manutenção de Infraestrutura de Processamento, por 12 meses.

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANT
1.1	<p>Controladora para virtualização de <i>Storage</i> com capacidade de 45 TB de armazenamento, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">● Deverá ser compatível com os atuais sistemas de armazenamento (<i>storages</i>) do TCE/AM, IBM Storwize modelo V7000 2076-312/ 2076-224, permitindo a virtualização destes.● Um equipamento deverá ser instalado no datacenter principal e o outro no datacenter de contingência deste tribunal;● As funcionalidades para virtualização dos atuais <i>storages</i> e suas capacidades atuais de armazenamento deverão estar disponíveis através de softwares (licenças) e serviços de configuração executados por profissional técnico certificado pelo Fabricante do equipamento;● Fornecer a capacidade adicional de armazenamento de 45 TB (quarenta e cinco terabytes), através de unidades de discos devidamente instaladas, sendo:<ul style="list-style-type: none">○ 28.8 TB (vinte e oito ponto oito terabytes) através de 15 (quinze) discos tipo hot-swap, possibilitando sua substituição sem a necessidade de parada do equipamento, com tecnologia SSD com capacidade de armazenamento nominal de 1.9Tb (um ponto nove terabytes) com	Unidade	02



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

	<p>tamanho de 2,5" (duas polegadas e meia);</p> <ul style="list-style-type: none">○ 16.2TB (dezesesseis pontos dois terabytes) através de 09 (nove) discos tipo hot-swap, possibilitando sua substituição sem a necessidade de parada do equipamento, com tecnologia SAS de 10K RPM de 1.8Tb (um ponto oito terabytes) com tamanho de 2,5" (duas polegadas e meia);● A Controladora deverá ser redundante, sendo que a falha de uma das controladoras não acarreta interrupção ou degradação dos serviços, sendo capaz de suportar a capacidade máxima de discos suportada pelo equipamento;● Suportar no mínimo os padrões RAID 0, 1, 5, 6 e 10;● Permitir reconstrução transparente do RAID sem necessidade de reiniciar o equipamento;● Suporta reconfigurações dinâmicas, inclusão de LUN, assinalamento de HOST, sem necessidades de parada dos demais serviços;● O equipamento permite a adição de gavetas e serviços sem parada do equipamento;● Deverá possuir memória cache disponível de, no mínimo, 32 GB (trinta e dois gigabytes) por controladora, espelhado entre as controladoras, que garanta integridade dos dados presentes na memória e ainda não gravados em disco, em caso de falha de uma das controladoras ou falta súbita de energia		
--	---	--	--



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

	<ul style="list-style-type: none">○ Não será aceita como memória cache discos SSDs e Flash Drives.○ As soluções protegidas por bateria deverão ter autonomia mínima de 72 (setenta e duas) horas, exceção feita às tecnologias que tenham autonomia interna suficiente para efetuar a gravação dos dados presentes na memória em disco ou Flash Drive e posterior desligamento do equipamento, mesmo em caso de falta súbita de energia;● O equipamento deverá suportar, no mínimo, 19 (dezenove) gavetas de expansão de discos conectadas simultaneamente, sem necessidade de upgrade no controlador.● O equipamento deverá suportar, no mínimo, 700 (setecentos) discos, através da adição destas gavetas, sem a necessidade de expansão da capacidade de processamento, I/O e memória, de forma modular.● O equipamento deverá suportar, no mínimo, 1000 (mil) discos, através da expansão da capacidade de processamento, I/O e memória, de maneira modular, através de instalação de controladoras adicionais, sem a necessidade das controladoras já existentes no ambiente da CONTRATANTE.● Suportar recurso de hot-spare para as unidades de disco rígido, ou seja, havendo falha de qualquer disco em determinado array/gaveta, o sistema deverá substituir, automaticamente, o disco defeituoso pelo disco <i>spare</i>;● Permitir a instalação de discos com capacidades diferentes, dentro da mesma		
--	---	--	--



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

	<p>gaveta de discos (enclosure);</p> <ul style="list-style-type: none">● Conectividade<ul style="list-style-type: none">○ Possuir no mínimo 8 (oito) interfaces externas (front-end) para conexão à SAN, padrão Fibre Channel de 16 Gbps (dezesesseis gigabits por segundo) com conector LC;○ Possuir no mínimo 4 (quatro) interfaces externas (front-end) para conexão à SAN, padrão iSCSI de 10 Gbit (dez gigabit) BASE-T;○ Possuir back-end com no mínimo quatro portas padrão SAS 3.0 de 12 Gbps (doze gigabits por segundo) para a conexão às gavetas de expansão de disco.● Possuir software(s) para monitoração, controle, gerenciamento e configuração do storage através de interface única, com as seguintes funções:<ul style="list-style-type: none">○ Permitir o envio de mensagens de e-mail ao administrador em caso de falhas;○ Permitir o envio de mensagens de e-mail ao suporte técnico do fabricante do equipamento em caso de falhas – sendo que o atendimento de suporte técnico deve ser oferecido em idioma português;○ Permitir a criação e configuração, através do software de gerenciamento, de RAID groups e volumes lógicos (LUNs);○ Permitir a adição de capacidade de armazenamento e expansão de volumes de forma dinâmica;		
--	--	--	--



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

	<ul style="list-style-type: none">○ Permitir a configuração de LUN Masking, LUN Partitioning ou similar, ou seja, restringir o acesso a determinado volume lógico (LUN) para um servidor ou conjunto de servidores, físicos ou virtuais (VMware);○ Permitir o envio de alertas SNMP para uma console de gerenciamento centralizada;○ Deve permitir gerar registros para todos os eventos relacionados ao storage, sejam eles de falhas ou configurações;● Além do software gerenciamento, deverão ser inclusos os softwares: Spectrum Virtualize Software for Storwize Controller V8 e Spectrum Virtualize Software for Storwize External Data Virtualization Sw V8, licenciados para toda a capacidade de armazenamento adquirida, todos para o mesmo prazo manutenção/garantia do hardware ofertado.● O Storage deverá suportar, no mínimo os Sistemas Operacionais:<ul style="list-style-type: none">○ Microsoft Windows 2012○ Red Hat Enterprise Linux 7○ VMware ESX 6.0;● A Solução de Storage deverá comprovar compatibilidade com a API do VMware VAAI (vSphere APIs for Array Integration).● Comprovação de que o fabricante do equipamento ofertado deverá ser participante do SNIA (Storage Networking Industry Association), na qualidade de "Large Voting Member", com comprovação através		
--	--	--	--



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

	<p>do site: http://www.snia.org/member_com/member_directory/ e aderente ao GSI (Green Storage Initiative), com comprovação no site http://www.snia.org/forums/green/. Cópia do documento comprovando tal informação deverá estar contida na proposta.</p> <ul style="list-style-type: none">• Deverá ser compatível com as normas estabelecidas pela SNIA (Storage Networking Industry Association) e prover interface de gerenciamento de acordo com o padrão SMI-S (Storage Management Initiative Specification) versão 1.6 ou superior, para gerenciamento do ambiente através de ferramentas de gerência de infraestrutura de armazenamento que utilizem esse padrão. A conformidade poderá verificada através de consulta ao site oficial do SNIA Interoperability Conformance Test Program (http://www.snia.org/ctp/conformingproviders/index.html)• Características Gerais<ul style="list-style-type: none">○ Deverá possuir fontes de alimentação Hot-Swap e redundantes, em regime N+N, suportando tensão de entrada de 110V a 240V AC 50/60Hz;○ Deverá estar equipado com ventiladores Hot-Swap e redundantes com funcionamento em paralelo de modo que, nos casos em que haja interrupção do funcionamento de um dos ventiladores, o(s) outro(s) mantenha(m) o nível de ventilação adequada do equipamento, sem interrupção do seu funcionamento		
--	---	--	--



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

	<p>normal e sem prejuízo para os componentes do sistema de armazenamento;</p> <ul style="list-style-type: none">○ Deverá ser fornecido com todos os componentes necessários para sua correta fixação em rack padrão 19”, incluindo trilhos, parafusos, kits de montagem em rack, bem como cabos de alimentação.● Fatores de Qualidade:<ul style="list-style-type: none">○ O subsistema de disco ofertado deverá ser novo, com garantia do fornecedor de que nunca foram usados e de que sua descontinuação ainda não foi anunciada pelo fabricante até a data de licitação.○ A Garantia do subsistema deverá ser prestada diretamente pelo fabricante ou autorizada pelo período de no mínimo 36 meses, na modalidade “on-site”, 24 horas, 7 dias por semana com atendimento em até 4 horas e solução em até 24 horas da abertura do chamado, compreendendo peças e mão-de-obra.○ Deverá ser apresentado documento referenciando este certame, validando as condições da garantia e de que se trata de revenda autorizada do produto. Tal formalização anterior à contratação é obrigatória para evitar problemas de inoperabilidade do produto após a contratação.		
1.2	Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva pelo prazo de 12 meses, atendendo às	Unidade	1



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

	<p>seguintes características:</p> <p>Serviços de Manutenção preventiva e corretiva, incluindo troca de peças dos equipamentos relacionados neste item pelo prazo de 12 (doze) meses;</p> <p>Os serviços serão realizados mediante abertura de chamados através de 0800 ou site, que deverão ser informados pela CONTRATADA antes do início do contrato;</p> <p>A cobertura dos chamados deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, com o atendimento on-site e/ou remoto realizado por especialistas nos produtos, em até 4 (quatro) horas e solução em até 24 (vinte e quatro) horas da abertura do chamado;</p> <p>Serviços de Manutenção Preventiva: pelo menos uma vez a cada trimestre, a CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção preventiva, incluindo análise de logs, alertas, atualização de firmwares (se houver) e demais serviços visando o bom funcionamento dos equipamentos;</p> <p>Serviços de Manutenção Corretiva: a CONTRATADA deverá executar, sob demanda, a manutenção corretiva dos equipamentos, incluindo a troca de peças, atualização de firmware e demais serviços visando a correção do problema e o retorno ao status normal de funcionamento do equipamento.</p> <p>A relação de equipamentos objetos deste item encontra-se no Anexo A deste Termo.</p>		
--	---	--	--

5. GARANTIAS, SUPORTE TÉCNICO, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E CERTIFICAÇÕES

5.1. Como premissa básica para elaboração das propostas técnica e comercial, a proponente deverá obrigatoriamente apresentar as soluções de Nobreak, Ar



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

Condicionados, racks e acessórios de rack, apresentado no termo de referência, sendo de um único fabricante, a fim de garantir o perfeito funcionamento da solução, bem como certificações e garantias, de acordo com item.

5.2. A empresa deverá vistoriar previamente o local para elaboração do orçamento, devendo apresentar declaração de visita ao local.

5.3. A empresa, para fins de Execução, deverá combinar com o fiscal da obra eventuais modificações de posição de pontos, provenientes de solicitação do usuário final.

5.4. A empresa deverá deixar limpos os locais onde ocorrerem obras.

5.5. A empresa deverá efetuar check-list final das instalações

5.6. A empresa deverá recompor pisos, paredes e acabamentos que se fizerem necessários para a Execução do projeto.

5.7. O TCE-AM não se responsabiliza por eventuais diferenças de escala no Projeto, devendo a empresa vistoriar e comparar medidas previamente à elaboração da proposta.

5.8. Todos os sistemas e subsistemas que compõem este termo de referência deverão possuir uma **garantia mínima de 12 (doze) meses** a contar da data de recebimento definitivo na condição de operação da mesma, e esta garantia deverá estar indicada claramente na proposta. O aceite final da obra se dará mediante a aprovação dos testes da mesma pelo TCE-AM.

5.9. Todos os equipamentos de hardware propostos no Lote 01 devem possuir **suporte direto do fabricante na modalidade on-site com SLA de 24 x 7**, com duração mínima de 12 meses, sendo o tempo de atendimento não superior a 4 horas, com resolução em até 24 horas úteis;

5.10. A proponente deve apresentar declaração do fabricante ratificando as condições de garantia dos equipamentos, softwares e serviços propostos, em conformidade com o exigido neste Termo, assegurando a condição de garantia on-site durante os períodos descritos neste documento.

5.11. Os serviços devem ser disponibilizados ao TCE-AM, mediante a abertura de um chamado efetuado por técnicos da contratante, via chamada telefônica local, a cobrar ou 0800, e-mail, website ou chat do fabricante ou à empresa autorizada (em português – para o horário comercial – horário oficial de Brasília). O tempo de resposta para o atendimento deverá ser de até 4 (quatro) horas e para a reposição de peças deverá ser de até 24 (vinte e quatro) horas úteis.

5.12. Constatada a necessidade de reparo, o atendimento referente à garantia do equipamento deverá prover o deslocamento do equipamento, caso necessário, bem como



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

seu retorno ao local de origem, e, ainda, do técnico responsável para solução do problema no local, sem qualquer ônus a contratante.

5.13. A contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta aquisição em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos materiais e softwares fornecidos.

5.14. Os objetos, bem como seus componentes/periféricos, deverão ser originais de fábrica e novos (sem uso, reforma ou recondicionamento).

5.15. Os equipamentos deverão ser entregues com cabos, adaptadores e conectores necessários ao perfeito funcionamento do mesmo. Os cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136. Deverá ser fornecido adaptador de fonte elétrica no padrão novo (fêmea NBR 14136) para o padrão antigo (Macho -2P+T), caso o equipamento ainda não venha com o novo padrão.

5.16. Apresentar prospecto (documentação técnica) com as características técnicas detalhadas do objeto, especificando marca, modelo, código do produto (part number) e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas, possíveis expansões e "upgrades", comprovando-os através de "folders" e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes.

5.17. Serão aceitas cópias das especificações obtidas no sítio na internet do fabricante. Deve ser informada na proposta o sítio do fabricante na internet, onde deverá constar o objeto proposto, como modelo e código do produto (part number), com documentação técnica para constatação.

5.18. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados deverão estar disponíveis para download na web no sítio do fabricante ou fornecedor do equipamento;

5.19. Deverão ser fornecidas as atualizações corretivas e evolutivas do software básico (firmware) de todos os equipamentos, bem como dos softwares adquiridos, durante o período de garantia.

5.20. O proponente deverá apresentar atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do licitante para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis, com o objeto desta licitação. Deverão ser apresentados no mínimo 1 (um) atestado.

5.21. O Atestado de Capacidade Técnica deverá possuir as informações suficientes para qualificar o seu objeto, bem como, possibilitar ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas confirmar sua veracidade, junto à empresa ou instituição emissora do mesmo, caso seja necessário.



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

5.22. Devido à necessidade de montagem, instalação e configuração básica dos equipamentos e softwares descritos neste edital, a empresa interessada em participar do certame deverá comprovar que possui em seu quadro permanente, no mínimo, 01 (um) profissional com certificação técnica na solução ofertada, por meio da apresentação de CERTIFICADO(S) no momento da assinatura do contrato resultante deste certame. A comprovação de que integra o quadro permanente da empresa será feita por meio da apresentação de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho ou de fotocópia autenticada do contrato de prestação de serviços, com as certificações técnicas abaixo, acompanhadas de declaração que disponibilizará esses recursos para prestação dos serviços durante a vigência do contrato:

Documentação para o Item 1.1:

- Certificação Técnica na solução de Storage proposta, emitida pelo Fabricante;
- Certificação VMWare VCP (VMware Certified Professional) versão 5 ou superior;
- Certificação VMWare VTSP – VMWare Technical Solutions Professional 5 ou superior;
- Certificação VMWare VSP-IV – Infrastructure Virtualization 5 ou superior;
- Certificação VMWare VTSP-BC e VSP-BC – Business Continuity 5 ou superior;
- Certificação VMWare vCenter SRM 5 ou superior.

Documentação para o Item 1.2:

- Certificação Técnica em Chassis e Nodes Pureflex Servidores e/ou Servidores x86, emitida pelo Fabricante.

5.23. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no Termo de Referência e seus anexos.

5.24. Visando garantir a perfeita integração do ambiente atual com o objeto deste certame, em virtude da criticidade das informações e dos serviços prestado pela área de Tecnologia da Informação, é obrigatória a Visita Técnica prévia. Essa Visita Técnica tem como objetivo a verificação das condições de realização dos serviços, para que neste momento, o licitante possa conhecer todas as condições obrigatórias para prestação dos serviços e fornecimento de materiais, bem como as variáveis que comporão seu custo. O transporte e demais despesas decorrentes da visita técnica, correrá por conta do licitante, e será coordenada por um técnico do Diretoria de Tecnologia da Informação - DITIN do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Será emitida a Declaração de Vistoria Técnica para o proponente por essa Diretoria, no término da visita.



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

5.25. Não serão aceitas alegações posteriores advindas de desconhecimento das condições prediais, das características do ambiente de operacionalização, das máquinas nas quais os produtos serão instalados ou de processos que as ferramentas irão suportar, não detectados quando da vistoria.

5.26. Os representantes das empresas que participarão da Visita Técnica, deverão se apresentar ao local indicado pelo Diretoria de Tecnologia da Informação - DITIN, portando crachá, procuração ou declaração que ateste estar representando a referida empresa, inclusive quando do agendamento da visita. Em caso de substituição do representante, deverá ser solicitado um novo atestado, em nome do novo representante indicado.

5.27. O Atestado de Visita Técnica será expedido pela Diretoria de Tecnologia da Informação - DITIN, localizada na Av. Ephigênio Salles, 1155 Parque 10 de Novembro, Manaus, AM, após agendamento e visitação do local, o qual deverá ser obrigatoriamente assinado pelo Chefe da Divisão de Gerenciamento do Ambiente Computacional – DIGAC/DITIN. As dúvidas e agendamentos devem ser dirimidas por meio do telefone (92) 3301-8100/8352, a partir das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min. A visita poderá ser realizada até 2 (dois) dias úteis antes da data de abertura da licitação.

5.28. A proponente licitante deverá apresentar atestados de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de comprovar a capacidade de execução de contratos compatíveis em características e prazos com os Lotes objeto da presente licitação. A comprovação será feita por atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. O pregoeiro se reserva o direito de realizar diligências posteriores, visando garantir a veracidade das informações prestadas no atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa.

5.29. A proponente deverá apresentar comprovação de parceria junto aos Fabricantes dos produtos propostos.

5.30. As certificações referenciadas neste item buscam definir que a CONTRATADA possua parcerias e experiência com as soluções que possam vir a serem implantadas, definindo um padrão de desempenho e qualidade, com vistas a garantir a participação de empresas capazes de prestar o serviço desejado de forma rápida. Tais certificações e parcerias indicam que a CONTRATADA possui acesso a treinamentos especializados e fornecidos pelos fabricantes dos produtos além de suporte técnico com nível mais elevado para elaboração de projetos específicos, entre outras vantagens.

5.31. As certificações exigidas dos profissionais que efetivamente prestarão os serviços, variando a certificação conforme a tecnologia a ser utilizada, sendo consideradas hoje o padrão no mercado de TI e ajudam na contratação e prestação dos



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

melhores serviços, além de dar mais garantias quanto a estabilidade do ambiente computacional deste Egrégio Tribunal de Contas. Isso assegura que os projetos serão implementados com todos os requisitos de qualidade internacional por equipe de especialistas certificados mundialmente.

6. SIGILO E SEGURANÇA

6.1. A CONTRATADA se obriga a assinar Termo de Confidencialidade emitido pela CONTRATANTE se responsabilizando quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE, tais documentos.

6.2. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

6.3. Cada profissional deverá assinar Termo de Confidencialidade declarando estar ciente de que a estrutura computacional disponibilizada pela CONTRATANTE não poderá ser utilizada para outros fins e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da CONTRATANTE ou acessada a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.

6.4. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na CONTRATANTE.

7. CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

O pagamento da contratada está vinculado à entrega dos equipamentos e encerramento dos serviços objetos deste Termo de Referência, e emissão do termo de recebimento emitido pela Comissão de Recebimento de Material do TCE/AM, para os itens aplicáveis. Os serviços contratados serão avaliados, quando da contratação dos mesmos, pela Divisão de Gerenciamento do Ambiente Computacional do TCE/AM –



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

DIGAC e pela Diretoria de Controle Externo de Obras Públicas - DICOP, que atestarão os mesmos para fins de pagamento.

8. PREÇO, CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA E PRAZO PARA DE ENTREGA DOS MATERIAIS

8.1. O preço estimado para aquisição dos materiais relacionados acima é de **R\$810.119,64 (oitocentos e dez mil, cento e dezenove reais e sessenta e quatro centavos)**, valor obtido com base na adoção do valor médio dentre as propostas comerciais, apresentadas por fornecedores consultados no mercado.

8.2. Classificação da Despesa:

- **44.90.52.35 – R\$ 665.354,64** - Equipamento de Processamento de Dados e
- **33.70.40.08 – R\$ 144.765,00** - Serviço Técnico Profissional de TIC;
- Fonte de Recursos: **100** (Recursos Ordinários).

8.3. A entrega do material deverá ser de no **máximo 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, a partir da emissão da Nota de Empenho.

9. DECLARAÇÕES LEGAIS

Declaro para os devidos fins que o presente Termo de Referência, acha-se de acordo com o preconizado no inciso IX, do artigo 6º da Lei 8666/93.

FRANK DOUGLAS CRUZ DE FARIAS

Chefe da Divisão de Gerência do Ambiente Computacional - DIGAC



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS**
Comissão Permanente de Licitação

ALLAN JOSÉ DE SOUZA BEZERRA

Diretor da Diretoria de Tecnologia da Informação - DITIN

10. APROVADO POR:

APROVO o presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, pois constatei que o mesmo atende as condições previstas no inciso I, do §. 2º, do artigo 7º, da Lei 8666/93.

VIRNA DE MIRANDA PEREIRA

Secretária-Geral de Administração do TCE-AM

11. APROVADO SUPERIOR:

APROVO o presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, pois constatei que o mesmo atende às condições previstas no inciso I, do §. 2º, do artigo 7º, da Lei 8666/93.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Manaus, 27 de agosto de 2018.



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

ANEXO I DO TR

Anexo I (A) - Relação de equipamentos relacionados ao Item 1.2

EQUIPAMENTOS		SITE A	SITE B	Quantidade
MODELO	DESCRIÇÃO	NÚMERO DE SÉRIE	NÚMERO DE SÉRIE	
9307-RC4	Rack	23HC396	23HC397	02
8721-HC1	Chassis PureFlex	06ADAFM	06ADAFL	02
8737-AC1	Node x240	TR035P5/TR035P9/ TR035PB/ TR035P6	TR035PA/TR035P7/ TR035P8/ TR035PC	08



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II DO TR

Anexo I (B) - Modelo de Proposta Comercial

Lote 1 – Atualização e Upgrade de <i>Storages</i> e Serviços de Manutenção através dos seguintes itens:					
Item	Descrição	Qtd	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
1.1	Controladora para virtualização de <i>Storage</i> com capacidade de 45 TB de armazenamento.	2	unidade		
1.2	Serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva e Corretiva pelo prazo de 12 meses.	1	unidade		
Preço Total Lote 1					



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Ref.: Processo n.º 1622/18 - Pregão Presencial n.º 13/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (Endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar n.º 123/2006, especialmente no artigo 3º, na condição de [microempresa ou empresa de pequeno porte – especificar uma das condições], e que não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo supracitado, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado previsto em lei.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2018.



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade

ANEXO III DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Ref.: Processo n.º 1622/18 - Pregão Presencial n.º 13/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente

..... de de 2018.



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade

ANEXO IV DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

**AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Ref.: Processo n.º 1622/18 - Pregão Presencial n.º 13/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo a sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2018.



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade

ANEXO V DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO (INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

**AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Ref.: Processo n.º 1622/18 - Pregão Presencial n.º 13/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2018.



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade

ANEXO VI DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAZONAS, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS NA QUALIDADE DE CONTRATANTE, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA QUALIDADE DE CONTRATADA, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

Aos XX dias do mês de XXXXX do ano de dois mil e dezoito (XX/XX/2018) nesta cidade de Manaus, na sede do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, situada na Av. Efigênio Sales, 1155, presentes o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, CNPJ 05.829.742/0001-48, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Conselheira-Presidente **YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, Av. Efigênio Salles, nº 2477 – Condomínio Efigênio Salles– Rua Lábrea – lote 69 – CEP 69.060-020, portadora da Cédula de Identidade nº 301521 e do CPF nº 05291801204, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado pelo seu XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, RG XXXXXXXX, CPF XXXXXXXXXXXXXXXX resolvem firmar o presente **TERMO DE CONTRATO DE XXXXXXXXXXXXXXXX**, com base no Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico Nº XX/XXXX da XXXXXXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

Processo Administrativo nº 1622/2018 está de acordo com a Minuta Padrão da PGE Nº 047/92, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Pelo presente instrumento, obriga-se a **CONTRATADA** a
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para todos os efeitos legais e melhor caracterização dos serviços a serem prestados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos: Termo de Referência, Minuta do Contrato e Proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela perfeita e fiel execução dos serviços aqui pactuados, o TCE/AM pagará à **CONTRATADA** o valor de **R\$XXXXXXXXXX** (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), na modalidade “ORDINÁRIO” referente aos seguintes serviços e materiais:

Lote 1 – Atualização e aumento da capacidade dos <i>Storages</i> e Serviços de Manutenção de Infraestrutura de Processamento, por 12 meses.	
ITEM	PRODUTO
1.1	<p>Controladora para virtualização de <i>Storage</i> com capacidade de 45 TB de armazenamento, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• Deverá ser compatível com os atuais sistemas de armazenamento (<i>storages</i>) do TCE/AM, IBM Storwize modelo V7000 2076-312/ 2076-224, permitindo a virtualização destes.• Um equipamento deverá ser instalado no datacenter principal e o outro no datacenter de contingência deste tribunal;• As funcionalidades para virtualização dos atuais <i>storages</i> e suas capacidades atuais de armazenamento deverão estar disponíveis através de softwares (licenças) e serviços de configuração executados por profissional técnico certificado pelo Fabricante do equipamento;• Fornecer a capacidade adicional de armazenamento de 45 TB



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

(quarenta e cinco terabytes), através de unidades de discos devidamente instaladas, sendo:

- 28.8 TB (vinte e oito ponto oito terabytes) através de 15 (quinze) discos tipo hot-swap, possibilitando sua substituição sem a necessidade de parada do equipamento, com tecnologia SSD com capacidade de armazenamento nominal de 1.9Tb (um ponto nove terabytes) com tamanho de 2,5" (duas polegadas e meia);
- 16.2TB (dezesseis pontos dois terabytes) através de 09 (nove) discos tipo hot-swap, possibilitando sua substituição sem a necessidade de parada do equipamento, com tecnologia SAS de 10K RPM de 1.8Tb (um ponto oito terabytes) com tamanho de 2,5" (duas polegadas e meia);
- A Controladora deverá ser redundante, sendo que a falha de uma das controladoras não acarreta interrupção ou degradação dos serviços, sendo capaz de suportar a capacidade máxima de discos suportada pelo equipamento;
- Suportar no mínimo os padrões RAID 0, 1, 5, 6 e 10;
- Permitir reconstrução transparente do RAID sem necessidade de reiniciar o equipamento;
- Suporta reconfigurações dinâmicas, inclusão de LUN, assinalamento de HOST, sem necessidades de parada dos demais serviços;
- O equipamento permite a adição de gavetas e serviços sem parada do equipamento;
- Deverá possuir memória cache disponível de, no mínimo, 32 GB (trinta e dois gigabytes) por controladora, espelhado entre as controladoras, que garanta integridade dos dados presentes na memória e ainda não gravados em disco, em caso de falha de uma das controladoras ou falta súbita de energia
 - Não será aceita como memória cache discos SSDs e Flash Drives.
 - As soluções protegidas por bateria deverão ter autonomia mínima de 72 (setenta e duas) horas, exceção feita às tecnologias que tenham autonomia interna suficiente para efetuar a gravação dos dados presentes na memória em disco ou Flash Drive e posterior desligamento do equipamento,



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

mesmo em caso de falta súbita de energia;

- O equipamento deverá suportar, no mínimo, 19 (dezenove) gavetas de expansão de discos conectadas simultaneamente, sem necessidade de upgrade no controlador.
- O equipamento deverá suportar, no mínimo, 700 (setecentos) discos, através da adição destas gavetas, sem a necessidade de expansão da capacidade de processamento, I/O e memória, de forma modular.
- O equipamento deverá suportar, no mínimo, 1000 (mil) discos, através da expansão da capacidade de processamento, I/O e memória, de maneira modular, através de instalação de controladoras adicionais, sem a necessidade das controladoras já existentes no ambiente da CONTRATANTE.
- Suportar recurso de hot-spare para as unidades de disco rígido, ou seja, havendo falha de qualquer disco em determinado array/gaveta, o sistema deverá substituir, automaticamente, o disco defeituoso pelo disco *spare*;
- Permitir a instalação de discos com capacidades diferentes, dentro da mesma gaveta de discos (enclosure);
- Conectividade
 - Possuir no mínimo 8 (oito) interfaces externas (front-end) para conexão à SAN, padrão Fibre Channel de 16 Gbps (dezesesseis gigabits por segundo) com conector LC;
 - Possuir no mínimo 4 (quatro) interfaces externas (front-end) para conexão à SAN, padrão iSCSI de 10 Gbit (dez gigabit) BASE-T;
 - Possuir back-end com no mínimo quatro portas padrão SAS 3.0 de 12 Gbps (doze gigabits por segundo) para a conexão às gavetas de expansão de disco.
- Possuir software(s) para monitoração, controle, gerenciamento e configuração do storage através de interface única, com as seguintes funções:
 - Permitir o envio de mensagens de e-mail ao administrador em caso de falhas;
 - Permitir o envio de mensagens de e-mail ao suporte técnico do fabricante do equipamento em caso de falhas – sendo que o atendimento de suporte técnico deve ser oferecido em



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

	<p>idioma português;</p> <ul style="list-style-type: none">○ Permitir a criação e configuração, através do software de gerenciamento, de RAID groups e volumes lógicos (LUNs);○ Permitir a adição de capacidade de armazenamento e expansão de volumes de forma dinâmica;○ Permitir a configuração de LUN Masking, LUN Partitioning ou similar, ou seja, restringir o acesso a determinado volume lógico (LUN) para um servidor ou conjunto de servidores, físicos ou virtuais (VMware);○ Permitir o envio de alertas SNMP para uma console de gerenciamento centralizada;○ Deve permitir gerar registros para todos os eventos relacionados ao storage, sejam eles de falhas ou configurações; <ul style="list-style-type: none">● Além do software gerenciamento, deverão ser inclusos os softwares: Spectrum Virtualize Software for Storwize Controller V8 e Spectrum Virtualize Software for Storwize External Data Virtualization Sw V8, licenciados para toda a capacidade de armazenamento adquirida, todos para o mesmo prazo manutenção/garantia do hardware ofertado.● O Storage deverá suportar, no mínimo os Sistemas Operacionais:<ul style="list-style-type: none">○ Microsoft Windows 2012○ Red Hat Enterprise Linux 7○ VMware ESX 6.0;● A Solução de Storage deverá comprovar compatibilidade com a API do VMware VAAI (vSphere APIs for Array Integration).● Comprovação de que o fabricante do equipamento ofertado deverá ser participante do SNIA (Storage Networking Industry Association), na qualidade de "Large Voting Member", com comprovação através do site: http://www.snia.org/member_com/member_directory/ e aderente ao GSI (Green Storage Initiative), com comprovação no site http://www.snia.org/forums/green/. Cópia do documento comprovando tal informação deverá estar contida na proposta.● Deverá ser compatível com as normas estabelecidas pela SNIA (Storage Networking Industry Association) e prover interface de gerenciamento de acordo com o padrão SMI-S (Storage Management Initiative Specification) versão 1.6 ou superior, para gerenciamento do
--	--



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

ambiente através de ferramentas de gerência de infra-estrutura de armazenamento que utilizem esse padrão. A conformidade poderá verificada através de consulta ao site oficial do SNIA Interoperability Conformance Test Program (SNIA-CTP) <http://www.snia.org/ctp/conformingproviders/index.html>

- Características Gerais
 - Deverá possuir fontes de alimentação Hot-Swap e redundantes, em regime N+N, suportando tensão de entrada de 110V a 240V AC 50/60Hz;
 - Deverá estar equipado com ventiladores Hot-Swap e redundantes com funcionamento em paralelo de modo que, nos casos em que haja interrupção do funcionamento de um dos ventiladores, o(s) outro(s) mantenha(m) o nível de ventilação adequada do equipamento, sem interrupção do seu funcionamento normal e sem prejuízo para os componentes do sistema de armazenamento;
 - Deverá ser fornecido com todos os componentes necessários para sua correta fixação em rack padrão 19", incluindo trilhos, parafusos, kits de montagem em rack, bem como cabos de alimentação.
- Fatores de Qualidade:
 - O subsistema de disco ofertado deverá ser novo, com garantia do fornecedor de que nunca foram usados e de que sua descontinuação ainda não foi anunciada pelo fabricante até a data de licitação.
 - A Garantia do subsistema deverá ser prestada diretamente pelo fabricante ou autorizada pelo período de no mínimo 36 meses, na modalidade "on-site", 24 horas, 7 dias por semana com atendimento em até 4 horas e solução em até 24 horas da abertura do chamado, compreendendo peças e mão-de-obra.
 - Deverá ser apresentado documento referenciando este certame, validando as condições da garantia e de que se trata de revenda autorizada do produto. Tal formalização anterior à contratação é obrigatória para evitar problemas de inoperabilidade do produto após a contratação.



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

1.2	<p>Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva pelo prazo de 12 meses, atendendo às seguintes características:</p> <p>Serviços de Manutenção preventiva e corretiva, incluindo troca de peças dos equipamentos relacionados neste item pelo prazo de 12 (doze) meses; Os serviços serão realizados mediante abertura de chamados através de 0800 ou site, que deverão ser informados pela CONTRATADA antes do início do contrato; A cobertura dos chamados deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, com o atendimento on-site e/ou remoto realizado por especialistas nos produtos, em até 4 (quatro) horas e solução em até 24 (vinte e quatro) horas da abertura do chamado; Serviços de Manutenção Preventiva: pelo menos uma vez a cada trimestre, a CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção preventiva, incluindo análise de logs, alertas, atualização de firmwares (se houver) e demais serviços visando o bom funcionamento dos equipamentos; Serviços de Manutenção Corretiva: a CONTRATADA deverá executar, sob demanda, a manutenção corretiva dos equipamentos, incluindo a troca de peças, atualização de firmware e demais serviços visando a correção do problema e o retorno ao status normal de funcionamento do equipamento. A relação de equipamentos objetos deste item encontra-se no Anexo A deste Termo.</p>
-----	---

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Pagamento será efetuado mensalmente, até 10 (dez) dias após a apresentação das notas fiscais e faturas, as quais devem ser previamente atestadas pelo fiscal do contrato, mediante depósito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será obedecido o mesmo prazo de pagamento no caso das faturas e notas fiscais serem reapresentadas por motivo de incorreção;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA, para efeito de pagamento deverá emitir fatura e nota fiscal discriminando os serviços realizados para o TCE.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços propostos somente serão reajustados dentro das normas do Governo Federal sobre a matéria, ou quando ocorrerem motivos de força maior que desequilibrem a



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

equação econômica e financeira do Contrato, situação que deverá ser apontada e comprovada pela CONTRATADA, para que o TCE-AM examine e decida pelo reajustamento excepcional, fora do prazo acima estabelecido.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: A despesa correrá por conta dos recursos destinados ao exercício de 2018, sob a nomenclatura Programa de Trabalho: XXXXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXXXXXX; Natureza da Despesa XXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXXXXXX; Fonte de Recursos XXXXXX, tendo sido emitida a Nota de Empenho n.º 2018NEXXXXX, de XX/XX/2018, no valor de XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do presente CONTRATO é de XXXXX (XXXXXXXX) meses a contar da data de XXXXXXXX, **podendo ser prorrogado**, a critério da Administração do TCE- AM, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, desde que atendidas as demais condições do Edital de Licitação e mediante acordo entre as partes, através de TERMO ADITIVO, conforme o disposto no inciso II, do art. 57, da Lei N° 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

Durante a execução do contrato, se ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplência contratual de que possa ser responsabilizada a **CONTRATADA**, esta ficará, conforme o caso, incurso nas penalidades e sanções, assegurada ampla defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual a CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil ou criminal, ficará sujeito às seguintes sanções administrativas fixadas no bojo dos Art. 86 a 88 da Lei 8.666/1993:

- I. advertência;
- II. multa;
 - a. multa diária de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do prazo assinalado pelo TCE-AM para o início da execução dos serviços;



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

- b.** multa diária de 2% (dois por cento) do valor do contrato, por atraso do prazo para a realização dos serviços.
 - c.** multa diária de 2% (dois por cento) do valor contrato por descumprimento de quaisquer obrigações contratuais.
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- V. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;
- VI. As sanções previstas nos itens “I”, “III” e “IV” poderão ser aplicadas juntamente com o item “II”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- VII. A sanção estabelecida no item “IV” é de competência exclusiva da Presidente do Tribunal de Contas, da Secretaria Geral de Administração, quando tal competência for delegada a esta, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;
- VIII. As sanções previstas nos itens “III” e “IV” poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666/1993:
 - a.** tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

- c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à CONTRATADA a **PRÉVIA E AMPLA DEFESA**, na via administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO, IMPEDIMENTO DE CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR – Caberá a declaração de suspensão temporária do direito de participar de licitação, ou do impedimento para contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa participar de licitação, ou do impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a sanção; já a declaração de inidoneidade para licitar e contratar é aplicável à Administração Direta e Indireta da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) ou de 10(dez) dias, conforme se trate de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade, respectivamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções a que se refere esta cláusula serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de suspensão do direito de participar de licitação e do impedimento para contratar não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar persistirá enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que se promova a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou, após 02 (dois) anos.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL – O presente contrato poderá ser rescindido em uma das hipóteses elencadas pelo art. 78, através de uma das formas prescritas pelo art. 79, ambos os artigos da Lei nº8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem motivos para rescisão contratual:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, relação de material e prazos;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, relação de material e prazos;



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

- III. A lentidão no cumprimento do contrato, levando o **TCE-AM** a comprovar a impossibilidade da execução do objeto contratado, nos prazos e condições estabelecidos;
- IV. O atraso injustificado do início da execução do contrato;
- V. A subcontratação total ou parcial da execução do contrato, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da pessoa jurídica da **CONTRATADA**, que afete a boa execução contratual;
- VI. O desatendimento das determinações regulares do fiscal do contrato do **TCE-AM**, bem como dos seus superiores hierárquicos;
- VII. A decretação de falência ou instauração de insolvência da **CONTRATADA**;
- VIII. A dissolução da sociedade;
- IX. A alteração social ou modificação de finalidade ou estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo do **TCE-AM**, prejudique a execução do contrato;
- X. O protesto de título ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da **CONTRATADA**;
- XI. Razões de interesse público;
- XII. O atraso superior a 90 (noventa) dias consecutivos dos pagamentos devidos pelo **TCE-AM**;
- XIII. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditiva da execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão do contrato poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no Art. 79 da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CASOS OMISSOS

Este contrato somente poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, e os casos omissos ou quaisquer dúvidas serão



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

solucionados mediante consultas ESCRITAS, firmando-se, em ambos os casos, termo de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São as seguintes as obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- I. Executar o objeto contratado de acordo com o estabelecido neste contrato, Termo de Referência e na sua proposta;
- II. Refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem incorreções;
- III. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao TCE-AM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- IV. Responder pelas obrigações resultantes da legislação trabalhista, fiscal, tributária, previdenciária e de acidentes do trabalho sobre o pessoal que utilizar nossos serviços, não cabendo ao TCE-AM quaisquer ônus por tais encargos;
- V. A boa execução dos serviços objeto deste contrato, garantindo a utilização de matéria-prima e equipamentos adequados, dentro das condições padrões quanto aos critérios de qualidade respondendo por sua perfeição técnica, facultando-se, ao TCE-AM, através de seus representantes, o acompanhamento dos trabalhos, na forma constante do Projeto Básico, que faz parte integrante deste Termo sem a necessidade de transcrição;
- VI. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- VII. Responsabilizar-se pela análise e estudo de todos os documentos fornecidos pela Contratante para o fornecimento do serviço, não se admitindo, em nenhuma hipótese a alegação de ignorância, defeito ou insuficiência de tais documentos.
- VIII. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigida, podendo o TCE-AM verificar, a qualquer tempo, a satisfação dessas condições;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE DO TCE-AM

É de responsabilidade do CONTRATANTE, dentre outras designadas neste instrumento ou na Lei:



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação

- I. Exercer a fiscalização dos serviços especialmente designados, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93;
- II. Efetuar os pagamentos dos serviços efetivamente realizados nas datas aprazadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

O **TCE-AM** fiscalizará a execução deste contrato através de servidor(es), especialmente designados por meio de Portaria, a quem competirá(ão), entre outras obrigações, anotar em registro próprio as ocorrências, lançar impugnações escritas ou verbais, e determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, assim como atestar as faturas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA (CASO ENVOLVA SERVIÇOS)

O Contratado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, após a assinatura do instrumento contratual, prestará garantia no valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor global do Contrato, o qual será liberado de acordo com as condições previstas neste instrumento, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO QUARTO -A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- i. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

- ii. prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- iii. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;
- iv. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados na IN SEGES/MP Nº 05/2017.

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica a ser indicada pelo MESMO, com correção monetária.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO NONO - O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

1. Caso fortuito ou força maior;
2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pelo CONTRATANTE;
4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Será considerada extinta a garantia:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATADA, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;



**TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS
Comissão Permanente de Licitação**

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG N.º
CPF N.º
ASS.

Nome:
RG N.º
CPF N.º
ASS.